

# Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 15

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Menos de um mês para declarar o IR** ..... 3

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Auxílio para preencher declarações evita riscos** ..... 4

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Oposição tenta reverter nomeação de novo ministro** ..... 5

A GAZETA - MT - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Ser ou não ser? (Artigo)** ..... 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**CPMI deve ser protocolada no Congresso nesta segunda** ..... 7

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**AGU apresenta nesta semana ao Palácio do Planalto plano para ressarcir fraudes no INSS;  
saiba como identificar descontos** ..... 8

PORTAL R7 - NACIONAL  
SEGURIDADE SOCIAL

**Márcia Lopes anuncia que deve assumir Ministério da Mulher nesta segunda-feira** ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Sonegação fiscal - DESTAQUE** ..... 12

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

**Aumenta número de derrubada de invasões** ..... 13

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Prêmio - APOSENTADOS** ..... 15

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - ZH NOTICIAS  
ECONOMIA

**Preço do aluguel residencial sobe 17,99% em um ano** ..... 16

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Indústria nacional perde espaço e investimento em importados dispara** ..... 17

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Paradoxo ministerial** ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO  
SEGURIDADE SOCIAL

**Seis por meia dúzia** ..... 19

---

Segunda-Feira, 5 de Maio de 2025

REVISTA VEJA - ECONOMIA  
ANFIP

O próximo desafio ..... 20

THOMAZ RURAL - NOTÍCIAS  
ANFIP

Nasceu no Rio, mas já fez e faz muito ao Amazonas ..... 22

# Menos de um mês para declarar o IR

Os contribuintes têm 25 dias para entregar a declaração do Imposto de Renda de 2025, que se encerra às 23h59 do dia 30 de maio. De acordo com a **Receita Federal**, até a última quarta-feira (30), cerca de 17,9 milhões de pessoas já haviam prestado contas ao órgão, o que representa 38,77% das 46,2 milhões de declarações esperadas para este ano. Em 2024, foram entregues 43,3 milhões de documentos dentro do prazo.

A declaração pode ser enviada pelo programa da Receita, que deve baixado no site do órgão e é a opção mais usada pelos contribuintes. Também há opção de fazer a declaração online e pelo aplicativo oficial do órgão.

Quem for obrigado a declarar e não enviar é multado e pode ficar com o CPF pendente de regularização. A multa varia de R\$ 165,74 a 20% do imposto devido no ano--calendário, que, no caso, é 2024.

É preciso checar se o contribuinte se enquadra em uma das regras que obrigam a entrega da declaração do Imposto de Renda. Uma das principais é observar se os rendimentos tributáveis recebi-

dos em 2024, como salários, pensão, aposentadoria e recebimento de aluguel, ficaram acima de R\$ 33.888 em todo o ano. Se a pessoa ganhou essa quantia ou acima dela, terá de prestar contas.

Neste ano, a Receita ainda estabeleceu mais duas regras de obrigatoriedade: quem atualizou o valor de imóvel com o pagamento de imposto menor instituído em dezembro de 2024 e também quem obteve ganhos com aplicações financeiras no exterior ou obteve lucros e dividendos de entidades controladas fora do país.

Caso a pessoa se enquadre em uma das regras, a Receita recomenda que o contribuinte separe todos os documentos necessários para a declaração com antecedência e preencha os dados com calma.

O uso da pré-preenchida facilita a vida do contribuinte, mas não é 100% confiável, já que apresenta erros nos dados bancários, no valor de imóveis, nas informações de plano de saúde e de investimentos.

"É importante que a pessoa faça com antecedência. A declaração pré-preenchida é facilitadora, mas por outro lado traz desvantagens com a falta de dados. Muita gente acredita fielmente na pré-preenchida,

mas é preciso checar e ter todos os informes e comprovantes em mãos", afirma Valdir Amorim, especialista em Imposto de Renda da empresa de consultoria nas áreas contábil, tributária, trabalhista e previdenciária, IOB.

## Desconto especial valendo

A nova tabela do Imposto de Renda 2025, que reajusta a primeira faixa e concede desconto especial aos contribuintes, passa a valer neste mês de maio. A medida provisória do presidente Lula da Silva determina isenção para quem ganha até dois salários mínimos.

Com as novas faixas, ficam isentos do IR trabalhadores, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e de regimes próprios de previdência, **servidores públicos** com renda de até R\$ 3.036.

O projeto que amplia a isenção para R\$ 5.000, porém, ainda está em tramitação no Congresso, e precisa ser aprovado para começar a valer. O novo desconto só terá validade a partir de 2026 (Da Folhapress).

## SERVIÇO

Não esqueça!

Informes de rendimentos (salários, bancos, corretoras)

Informes de previdência (pública ou privada)

Comprovantes de despesas médicas e educacionais

Documentos de bens (carros, imóveis, etc.)

Comprovantes de doações e pensão

Recibos de aluguéis recebidos ou pagos (se aplicável)

CPF dos dependentes

**Site:**

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18705>

# Auxílio para preencher declarações evita riscos

Com o prazo final para a entrega da declaração do Imposto de Renda se aproximando, no dia 30 de maio, muitos contribuintes ainda se perguntam: é mesmo necessário contratar um contador para declarar? Em Belém, os preços cobrados pelos profissionais variam bastante, dependendo da complexidade do caso. E a decisão de optar ou não pelo serviço também deve levar em conta o perfil de quem declara.

A **Receita Federal** permite que o próprio contribuinte preencha e envie a declaração. Mas, segundo os profissionais, o apoio de quem entende do processo pode evitar dores de cabeça.

"Não, a **Receita Federal** permite que o próprio contribuinte preencha e envie a declaração. No entanto, contar com um contador pode evitar erros, cair na malha fina ou pagar mais imposto do que o necessário", afirma o contador Rafael Santa Brígida.

Cleber Albuquerque, também contador, reforça que o serviço é opcional: "Não é obrigatório ter um contador para fazer a declaração de Imposto de Renda".

Lucas Macedo acrescenta: "Um contador pode garantir que o contribuinte cumpra com todas as determinações corretamente e, assim, evite prejuízos ou, até mesmo, que caia em malha fiscal. No entanto, qualquer pessoa pode fazer sua declaração diretamente no programa da **Receita Federal**, desde que tenha conhecimento sobre como preencher os dados exigidos. É claro que um olhar técnico neste momento é uma boa estratégia para garantir que tudo ocorra bem".

decisão

A orientação dos especialistas é que o contribuinte avalie a própria situação. Declarações simples podem ser feitas sem ajuda profissional, mas rendimentos diversos, bens ou investimentos exigem atenção redobrada.

"Se a declaração for simples, como no ca-

so de quem tem apenas uma fonte de renda, não possui bens de alto valor ou dependentes, é possível fazer sozinho com atenção. Já quem possui rendimentos de aluguel, ações, empresas, bens no exterior ou recebeu acima do limite de isenção deve

considerar a contratação de um contador, pois são casos mais técnicos", orienta Rafael.

Cleber destaca que "a opção entre fazer a declaração por conta própria ou contratar um profissional de contabilidade vai depender do perfil do contribuinte. Se o contribuinte possui uma renda e não possui muitas despesas dedutíveis, ele poderá fazer por conta própria. Enquanto que se o contribuinte possui várias rendas, possui despesas para declarar, e o resultado da sua declaração será alto a pagar ou restituir. Nesse caso, seria prudente procurar um especialista para orientar e realizar as devidas simulações para envio da declaração".

Lucas, por sua vez, apresenta uma lista clara: "Se a sua declaração do Imposto de Renda for simples, com recebimento de salário de uma ou poucas fontes, poucos bens ou investimentos, sem operações com imóveis ou ações e sem rendimentos do exterior, você pode fazer por conta própria, desde que tenha atenção ao preencher os dados corretamente. Por outro lado, é recomendável contratar um contador se você for autônomo ou tiver CNPJ, possuir investimentos como ações, fundos imobiliários ou criptomoedas, tiver vendido bens com possível ganho de capital, recebido rendimentos do exterior, declarado heranças ou doações, ou se já caiu na malha fina ou precisa corrigir declarações anteriores".

Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137676-0505202507%20-%205442e7959638e04b0035e35323d4a00f.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137676-0505202507%20-%205442e7959638e04b0035e35323d4a00f.pdf)

# Oposição tenta reverter nomeação de novo ministro

Parlamentares opositoristas ao governo Lula estão tentando reverter na Justiça a nomeação de Wolney Queiroz para comandar o Ministério da **Previdência Social**, após a demissão de Carlos Lupi.

No sábado, 3, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) entrou com uma ação popular na Vara Federal do Distrito Federal contra o ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que nomeou Queiroz, na sexta-feira.

Já o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), solicitou à Procuradoria-Geral da República (PGR) o afastamento cautelar do novo ministro e instauração de uma investigação sobre o caso.

Ambas as ações afirmam que Queiroz, enquanto secretário executivo do Ministério da Previdência, teria sido omissivo diante de denúncias e informações sobre fraudes bilionárias no **INSS** que chegaram ao conhecimento da cúpula da pasta. Assim, dizem os parlamentares, a nomeação dele violaria os princípios constitucionais da moralidade administrativa.

Mesmo com a demissão de Lupi, congressistas defendem a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para apurar o escândalo envolvendo os descontos indevidos.

pdt

Sem a presença do agora ex-ministro da **Previdência Social** Carlos Lupi no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, integrantes do PDT mais alinhados ao ex-ministro Ciro Gomes esperam seguir caminho de independência na Câmara, o que pode levar preocupações do governo.

Mesmo com a indicação do número dois de Lupi na pasta, o também pedetista Wolney Queiroz, esse grupo entende que PDT e PT poderiam seguir diferentes caminhos - isso porque Queiroz se opôs à candidatura de Ciro Gomes ao Palácio do Planalto em 2022.

Essa ala do PDT diz que a nomeação é escolha estrita de Lula e, portanto, a legenda poderia adotar uma postura independente no Congresso. O líder do PDT na Câmara, Mário Heringer (MG), admite que isso

pode ocorrer. Lupi é o presidente licenciado do partido - ele foi temporariamente afastado da função na sigla enquanto comandava o ministério.

Em conversas internas, essa ala cirista do PDT argumenta que o que prendia o partido a "votar 100%" com Lula era a participação de Lupi na Esplanada. Esse entendimento foi explicitado em conversas trocadas entre parlamentares pedetistas no dia da demissão de Lupi.

**Site:** [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137676-0505202507%20-%205442e7959638e04b0035e35323d4a00f.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137676-0505202507%20-%205442e7959638e04b0035e35323d4a00f.pdf)

## Ser ou não ser? (Artigo)

**Jairo Pitólé Sant'Ana**

O babado da semana passada foi a possibilidade (não diria impossível, porque o futebol é "uma caixinha de surpresa") de a seleção brasileira de futebol ter uma camisa reserva com nova cor. Talvez a notícia se resumisse a uma "tripinha" ou rodapé de página, caso a escolhida não fosse a vermelha. E, como se sabe, muitos associam-na ao pecado, ao diabo e... aos comunistas. Aqueles a quem a credence, induzida, taxa de ateus, comedores de criancinhas e sempre à espreita para minar os valores da família, da pátria e da propriedade.

Representantes da direita rapidamente se opuseram, com o argumento de sempre "Essa tentativa não passa de mais uma investida para desfigurar aquilo que nos faz brasileiros de verdade. A nossa bandeira não é vermelha e nunca será", reverberou um dos filhos do ex-presidente, enquanto uma ex-aliada, agora "abandonada", segundo ela, perguntou "por que a CBF não coloca logo uma estrela do PT na camisa vermelha?" Parece que o próprio PT não embarcou na onda do Footy Headlines (Manchetes do Futebol), site inglês divulgador da possível novidade. Ministros e parlamentares sondaram a CBF sobre tal camisa, que negou a notícia, mas, parece, sem muito interesse na mudança de cor. Estão mais de olho na atual situação da seleção. "A essa altura, temos preocupações bem maiores, como, por exemplo, garantir uma boa classificação para a Copa do Mundo de 2026", lembra o líder do governo no Congresso.

Por enquanto, o time está na zona de classificação. Mas restam 12 pontos a serem disputados em quatro rodadas e o Brasil está apenas sete pontos à frente da Venezuela. Se bobear, como vem acontecendo, pode ficar na repescagem. O histórico não anda muito bom. Em 14 partidas, foram seis vitórias, três empates e cinco derrotas. Aproveitamento de 50%, como diriam os comentaristas. O próximo técnico (o terceiro em três anos, após Fernando Diniz e Dorival Junior), cujo nome ainda é uma incógnita, já que Carlo Ancelotti mais uma vez disse não, vai ter muito trabalho. Mas, "Deus é brasileiro e não desistimos nunca".

O site Brasil de Fato aventou a possibilidade de a fabricante, ao escolher o vermelho, apostar na polarização entre esquerda e direita nas eleições de 2026, já que o lançamento estaria previsto para março. Faz sentido. Em 2022, Lula teve 59 milhões e meio de votos e Bolsonaro, 57 milhões e seiscentos mil. Se apenas 5% dos eleitores de ambos comprassem a

camisa, seriam quase seis milhões de peças. A um preço médio de R\$ 300 por unidade, o faturamento seria de R\$ 1,8 bilhão. Bagatela nada desprezível, mesmo comparada aos R\$ 6,3 bilhões, conforme o noticiado, surrupiados dos aposentados do **INSS**.

Talvez a camisa da seleção brasileira nunca seja vermelha, mas já foi um dia. Na verdade, em três ocasiões. Duas em 1917, contra o Chile e Uruguai, quando ambos usavam camisas brancas, e em 1938, contra a Polônia. Portanto...

Jairo Pitólé Sant'Ana é jornalista

**Site:** <https://www.gazetadigital.com.br>

# CPMI deve ser protocolada no Congresso nesta segunda

A oposição ao presidente Lula no Congresso afirma ter conseguido coletar o número mínimo de assinaturas na Câmara (171) e no Senado (27) para protocolar o requerimento de criação da CPMI do **INSS**, comissão parlamentar mista de inquérito para investigar descontos irregulares em aposentadorias e pensões o Instituto Nacional do Seguro Social. O esquema teria gerado um prejuízo de R\$ 6,3 bilhões a pensionistas e aposentados.

A deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT) diz que o número mínimo de assinaturas foi alcançado no final da sexta-feira, pouco tempo depois de o ministro da Previdência, Carlos Lu-pi, pedir demissão do cargo. A ideia do grupo é protocolar o documento nesta segunda-feira. "Acreditamos que ninguém vai ser contra os aposentados. O roubo aconteceu e vamos garantir que os aposentados tenham seus valores devolvidos com juros e correção monetária", afir-

mou Fernanda. O número mínimo já havia sido alcançado no Senado nesta quarta-feira.

Lupi rechaça as acusações de omissão e alega que uma auditoria realizada pelo órgão seria a "prova cabal" de que ele agiu para evitar desvios indevidos no pagamento de aposentadorias. A auditoria ocorreu após o surgimento das denúncias.

A CPMI é um recurso visto pela oposição como uma forma de contornar o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), caso ele decida não abrir a CPI do **INSS** solicitada na Câmara na última quarta-feira. Motta sinalizou ao líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante (RJ), que há outros 12 requerimentos aguardando sua análise e que daria uma resposta no futuro.

Uma CPMI pode ser aberta em sessão do Congresso após leitura do presidente Davi Alcolum-bre (União-AP). Isso aconteceu, em 2023, com a CPMI do 8 de Janeiro, articulada pela oposição.

**Site:**

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

# AGU apresenta nesta semana ao Palácio do Planalto plano para ressarcir fraudes no INSS; saiba como identificar descontos

A proposta inicial de ressarcimento dos aposentados e pensionistas vítimas na fraude do **INSS** será apresentada no início da semana desta semana pela Advocacia-Geral da União (AGU) ao Palácio do Planalto.

Uma investigação Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU) revelou um esquema de descontos indevidos de benefícios pagos pelo **INSS**. Foram descontados R\$ 6,3 bilhões entre 2019 e 2024, mas o governo ainda calcula quanto disso foi descontado ilegalmente.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva prometeu, em pronunciamento em rede nacional na quarta-feira passada, que os prejudicados serão ressarcidos:

- Determinei à Advocacia-Geral da União que as associações que praticaram cobranças ilegais sejam processadas e obrigadas a ressarcir as pessoas que foram lesadas.

Previsto em legislação, os descontos em favor de entidades, como associações e sindicatos, necessitam de autorização prévia para serem realizados. Mas, detalhados nos extratos sob códigos às vezes difíceis de serem compreendidos, os valores podem passar despercebidos pelos beneficiários.

Entenda a seguir como funciona esta operação, como detectá-la e o que fazer em caso de prejuízos.

Segundo os investigadores, o esquema funcionava assim: as entidades descontavam irregularmente parte de mensalidades associativas - que são pagamentos recorrentes - aplicadas sobre benefícios previdenciários. Esses descontos não teriam sido autorizados pelos aposentados.

O desconto não autorizado pode acontecer por meio de acesso aos dados sigilosos de aposentadorias e pensões dos segurados. A prática também pode acontecer por meio da fraude da assinatura eletrônica e documentação de filiação do segurado à uma entidade como associações e sindicatos.

Para conferir se algum desconto irregular está sendo

feito em seu benefício, o aposentado ou pensionista deve conferir seu extrato no aplicativo ou site do Meu **INSS**.

O extrato sempre mostra todos os pagamentos e descontos feitos no benefício, com o detalhamento da movimentação e um código. Por exemplo: o pagamento do benefício é feito no código 101, e o depósito do 13º salário ocorre com o código 104.

Da mesma forma devem ser detalhados os descontos feitos na aposentadoria do segurado, como os do Imposto de Renda, pensão alimentícia, pagamento de crédito consignado ou de entidades associativas. Cada desconto vem com um código.

O extrato de benefício de um aposentado lesado, a que O GLOBO teve acesso, mostra a recorrência dos descontos indevidos sob código 271.

Veja abaixo o passo a passo para conferir o extrato:

Caso não reconheça o desconto realizado no benefício, o segurado deve acessar o site ou aplicativo do Meu **INSS** ou pela Central 135 e solicitar o serviço excluir mensalidade associativa. Confira o passo a passo:

Depois da deflagração, no fim de abril, da operação conjunta entre PF e CGU, o **INSS** suspendeu os descontos de mensalidades associativas. Dessa forma, segundo o instituto, aposentados e pensionistas não precisam solicitar o cancelamento das cobranças.

No aplicativo e site Meu **INSS** possibilita o serviço de bloqueio de novos descontos. Veja abaixo:

O desconto da folha de pagamentos do **INSS** em favor de entidades, como associações e sindicatos, é previsto em lei editada em 1991. A legislação prevê que essa mensalidade associativa só pode ser cobrada com autorização prévia de segurados.

O segurado que assim quiser pode optar por ter parcelas de suas mensalidades descontadas por entidades, que oferecem em troca benefícios como auxílios funerários, odontológicos e psicológicos,

consultoria jurídica e academia.

No entanto, descontos indevidos são uma prática registrada ao longo de todos os governos. Para tentar sanar este problema, em 2019 foi editada uma medida provisória (MP), transformada em lei, que exigia que os descontos fossem revalidados pelas entidades receptoras a cada três anos.

Com pressão de entidades sobre o Congresso, contudo, em agosto de 2022, essa exigência foi revogada por um trecho de outra MP.

Segundo dados do **INSS**, em dezembro de 2024, havia 41 entidades conveniadas que receberam R\$ 290,8 milhões naquele mês. Elas informaram um universo de 7,263 milhões de filiados. Do total, 11 estão citadas na operação Sem Desconto da Polícia Federal, deflagrada nesta quarta-feira e investiga irregularidades nos convênios.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/05/05/agu-apresenta-nesta-semana-ao-palacio-do-planalto-plano-para-ressarcir-fraudes-no-inss-saiba-como-identificar-descontos.ghtml>**

# Márcia Lopes anuncia que deve assumir Ministério da Mulher nesta segunda-feira

## *Brasília|Do Estadão Conteúdo*

A ex-ministra do Desenvolvimento Social Márcia Lopes diz ter recebido um convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para assumir a pasta das Mulheres, hoje chefiada por Cida Gonçalves. A confirmação foi dada à imprensa por Márcia, no entanto, a secretaria de Comunicação do Planalto ainda não se manifestou.

A petista deve estar em Brasília nesta segunda-feira (5). Na agenda oficial de Lula, ainda não consta o encontro com Márcia. Ela é irmã de um dos aliados históricos de Lula, Gilberto Carvalho, que foi chefe de gabinete da Presidência da República durante os oito primeiros anos dos governos do PT e ministro-chefe da Secretaria-Geral durante o primeiro governo de Dilma Rousseff.

Cida vinha tendo sua gestão contestada por conta de polêmicas à frente do ministério. A Comissão de Ética Pública da Presidência da República decidiu arquivar em fevereiro um conjunto de denúncias que imputava assédio moral à ministra.

O resultado do arquivamento era esperado pelo entorno da ministra. Naquele mês, ela participou de um jantar festivo e foi homenageada pelo núcleo feminino do Grupo Prerrogativas, que emplacou seus integrantes em diversos órgãos federais. A maior parte dos conselheiros da CEP - quatro de sete - integra o Prerrogativas.

Cida e a secretária executiva da pasta, Maria Helena Guarezi, eram acusadas de assédio moral, de comportamento possivelmente xenofóbico, em relação a servidoras de origem no Pará, e, no caso da secretária, de uma suposta ofensa racial.

Com a saída de Cida, o governo Lula tem a segunda troca em uma semana. Na sexta-feira (2) o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, pediu demissão do cargo após reunião com Lula. A saída foi consequência do escândalo dos descontos indevidos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7 , o portal de notícias da Record, no WhatsApp

**Notícias Relacionadas:**

PORTAL TERRA

Márcia Lopes anuncia que deve assumir Ministério da Mulher nesta segunda-feira

PORTAL UOL

Márcia Lopes anuncia que deve assumir Ministério da Mulher nesta segunda-feira

**Site: <https://noticias.r7.com/brasil/marcia-lobes-anuncia-que-deve-assumir-ministerio-da-mulher-nesta-segunda-feira-05052025/>**

# Sonegação fiscal - DESTAQUE

A 7ª Vara Federal de Porto Alegre absolveu um empresário de Canoas (RS) que havia sido acusado de sonegação fiscal, após a defesa comprovar que o réu não foi o autor dos fatos, mas sim seu pai. No caso, o Ministério Público Federal (MPF) havia afirmado que, no ano de 2015, o acusado, na condição de administrador de uma transportadora, teria suprimido o montante de R\$ 6,1 milhões, em obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins. Ele teria omitido receitas e reduzido valores a pagar, retardando o conhecimento por parte da autoridade fazendária da ocorrência dos fatos geradores dos **tributos**. A defesa, porém, negou a autoria e o dolo por parte do acusado, sustentando que seria responsabilidade do contador. Ao analisar as provas, testemunhos e documentos, o juízo da 7ª Vara Federal da capital gaúcha verificou que, embora constasse o nome do acusado como sócio majoritário e único administrador da empresa, o pai dele é quem era na verdade o responsável pela administração do negócio (com informações do TRF-4).

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188184?page=1  
&section=4](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188184?page=1&section=4)**

# Aumenta número de derrubada de invasões

A invasão de áreas públicas e a grilagem de terras são problemas recorrentes no Distrito Federal. Dados da Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal) mostram que, no ano passado, foram realizadas 873 operações (veja quadro) para recuperar áreas ocupadas irregularmente, um aumento de 5,81% em relação a 2023, quando houve 825 registros. Plano Piloto e Vicente Pires são as regiões onde ocorreram ações de derrubada de quiosques comerciais a moradias. Neste ano, somente até 9 de abril, a DF Legal realizou 208 operações - média aproximada de duas por dia.

Para enfrentar esse crime, o governo e as forças de segurança apostam no reforço do monitoramento de todo território do DF por meio de equipes de campo, drones ou imagens de satélite, conforme explica Alexandre Sena, subsecretário de Operações da DF Legal. "A unidade de geoprocessamento da DF Legal, que monitora o território do DF por satélite em parceria com a Sema, o Ibram e o programa Brasil Mais, tem promovido o mapeamento completo do território. A unidade também aplica o fluxo de operações pronto emprego para desconstituir parcelamentos irregulares e invasões de áreas públicas", explica.

De acordo com Sena, esse trabalho conta ainda com a parceria das forças de segurança, administrações regionais e diversos outros órgãos que ajudam em todas as fases das ações, tanto com denúncias como com o apoio de maquinário e pessoal. Delegado-chefe da Delegacia de Meio Ambiente da Polícia Civil (Dema/PCDF), Douglas Fernandes ressalta o esforço em conjunto. "Esse trabalho, envolvendo a Polícia Civil, o Ibram, a DF Legal e a própria Terracap, é fundamental para coibir esses parcelamentos, principalmente aqueles que estão em fase inicial", destaca.

O delegado pontua que, além das prisões efetuadas pela Dema, esse trabalho possibilita a aplicação de multas administrativas, tanto pelo Ibram como pela DF Legal, além da demolição dessas obras irregulares. "Isso é essencial para oferecer uma melhor solução a esse tipo de crime, que causa um dano gravíssimo não só para a presente geração, mas também para as futuras", avalia.

O promotor de Justiça Dênio Moura, da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb/MPDFT), disse que o órgão atua principalmente em três esferas para combater a grilagem: penal, cível e administrativa. "Na esfera

penal, processando crimes de parcelamento irregular do solo e ambientais, podendo incluir lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Na área cível, utiliza ações civis públicas para restaurar a ordem urbanística ou recuperar danos ambientais. Administrativamente, o Ministério Público fiscaliza os órgãos do Distrito Federal, o que abrange a elaboração, implementação e controle da política de uso e ocupação do território distrital", pontua.

Além disso, segundo Moura, o MPDFT tem procurado desenvolver ferramentas próprias de monitoramento do território, sobretudo com o uso das geotecnologias. "Mas é necessário deixar claro que o primeiro combate à grilagem de terras e ao parcelamento irregular deve ser feito pelos órgãos que compõem a estrutura de fiscalização da União e do GDF", pondera.

Doutor em desenvolvimento sustentável pela Universidade de Brasília (UnB), Christian Della Giustina ressalta que, entre as motivações para a ocupação irregular do solo, estão o crescimento acelerado da população e a baixa oferta de moradias. "Nas últimas décadas, a população do DF tem crescido a uma taxa de 50 mil habitantes por ano. No entanto, o processo de oferta de novas moradias, que envolve a aprovação de projetos e o licenciamento ambiental, é extremamente oneroso e demorado, podendo levar até cinco anos para aprovar um novo loteamento ou uma área de expansão urbana", comenta.

Proteção ambiental Segundo o especialista, como não há tanta oferta regular, e a que existe é muito mais cara, os grileiros se aproveitam da fiscalização precária e dessa demanda por habitação, e acabam ocupando áreas ociosas, normalmente de proteção ambiental. Em relação aos perigos dessa ocupação desordenada, Della Giustina alerta que a grilagem não prevê a área de infraestrutura, de drenagem, de abastecimento com água potável ou de esgoto. "Essa ocupação é feita de forma precária e, muitas vezes, há fossas ao lado de poços de abastecimento, que acabam sendo contaminados", observa. "Além disso, a falta de drenagem proporciona alagamentos e enxurradas. Assim, toda a sociedade sofre sob diversos aspectos", acrescenta.

Benny Schvarsberg, professor de urbanismo e planejamento urbano na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/ UnB), reafirma que os perigos da ocupação desordenada são as consequências

danosas - às vezes irreversíveis - na infraestrutura urbana e no meio ambiente para toda a coletividade, que paga pela infraestrutura em **impostos** e taxas, em benefício de poucos.

Desafios e soluções De acordo com o promotor Dênio Moura, os principais desafios do combate à grilagem passam pela "cultura da regularização" que se instalou no Distrito Federal. "Até pessoas de classe média e alta se sentem no direito de ocupar e construir ilegalmente", critica.

Além disso, ele ressalta a exploração econômica e político-eleitoral dessa situação. "Ela se manifesta, eventualmente, na forma de omissão, conivência ou até mesmo de incentivo estatal às ocupações irregulares, inclusive por meio das reiteradas promessas de regularização", opina.

Segundo Benny Schvarsberg, a solução para tentar frear essa prática passa pela criação de políticas públicas preventivas de planejamento e ordenamento territorial. "Especialmente as habitacionais. Além disso, é preciso ter sistemas de monitoramento que coíbam, de forma eficaz, a ocupação irregular nas áreas privilegiadas e nobres, e respeitando os direitos da população nos territórios populares", avalia.

Além das políticas habitacionais, Christian Della Giustina destaca a importância da fiscalização. "Observam-se várias ocupações espalhadas pelo DF e há uma vista grossa por parte das autoridades. Elas vão crescendo até o momento em que a situação se torna irreversível", alerta. "Nesse caso, o Estado é obrigado a regularizar, gerando mais gastos do dinheiro público para remediar todos os impactos que a ocupação desordenada acarreta", lamenta.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/05/05/all.pdf>

# Prêmio - APOSENTADOS

## EMÍDIO REBELO FILHO

Os nossos cumprimentos de parabéns aos estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) com a elaboração do projeto de energia sustentável. O prêmio ganho demonstra a excelência da iniciativa na fabricação de poste movidos à energia solar, favorecendo localidades de acesso limitado, como áreas em que estão assentados os moradores ribeirinhos. É uma inovação de destaque promovida com apoio incondicional do Projeto Bioluma da UFPA. A premiação é de reconhecimento internacional, o que mais valoriza o grande feito dos universitários paraenses e os incentiva a continuar em projetos de transformação social elaborados por jovens para suas comunidades, beneficiando, inclusive, o setor econômico.

## EMPRÉSTIMO

O empréstimo consignado oferecido e disponibilizado para aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e recentemente para trabalhadoras e trabalhadores do setor privado, não os favorece como apregoado, divulgado, mas os leva ao endividamento, o que complica sensivelmente, a vida de quem, em boa-fé, aceita contrair o empréstimo com desconto em folha de pagamento. O correto, nos parece, conceder pagamento de salários dignos e proventos das aposentadorias e pensões com reajustes reais, nunca inferiores ao mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo, garantidos na Constituição Federal.

## APROVAÇÃO

A propósito, convém lembrar, a decisão dos Senadores da República e dos membros da Comissão da **Seguridade Social** e Família da Câmara Federal que, por unanimidade, aprovaram a reivindicação dos aposentados e pensionistas constantes do Projeto de Lei nº58/2003, dispondo sobre a atualização e regularização de proventos com o mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo. Hoje, o Projeto de Lei está na Câmara Federal, sob o nº4434/2008, há mais de 16 (dezesesseis) anos aguardando apreciação, votação e aprovação dos Deputados Federais, demora que consideram injustificável e que somente prejudica e causa desconforto e aflição.

## RECURSOS

Não há justificativa para se alegar falta de recursos

financeiros. Os recursos existem, são suficientes e arrecadados na conta **Seguridade Social**, conforme previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título VIII - Da Ordem Social, artigos 193 a 203. No artigo 194, está a clareza do procedimento constitucional a ser cumprido: "A **Seguridade Social** compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e a assistência social". Portanto, e assim sendo, os recursos financeiros do Orçamento da **Seguridade Social** são exclusivos das três áreas.

## RECONHECIMENTO

Aposentados e pensionistas deverão de ser reconhecidos pelo que fizeram, realizaram, contribuíram e ainda contribuem pelo desenvolvimento do País. Reivindicam, portanto, igualdade no reajuste das suas aposentadorias e pensões. Suas contribuições financeiras ao Sistema Previdenciário Brasileiro garantem tratamento igualitário que também lhes é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 201, parágrafo 4º, transcrito a seguir: "É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes em caráter permanente o valor real, conforme critérios definidos em lei".

## DIREITOS

Estabelece a Lei nº10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, artigo 2º: "O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade". Considera-se pessoa idosa todos os que estão com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

## JOVENS

"Os jovens são esperança do futuro e a força vital para o presente da Igreja e da sociedade". (Papa Bento XVI)

Site: [https://digital.maven.com.br/temp\\_site/issue-137676-0505202507%20-%205442e7959638e04b0035e35323d4a00f.pdf](https://digital.maven.com.br/temp_site/issue-137676-0505202507%20-%205442e7959638e04b0035e35323d4a00f.pdf)

# Preço do aluguel residencial sobe 17,99% em um ano

**Anderson Aires** [anderson.aires@zerohora.com.br](mailto:anderson.aires@zerohora.com.br)

Em um ambiente econômico que ainda afasta uma parcela da população da tão sonhada casa própria, o mercado de locação segue com alta nos preços em Porto Alegre. O valor médio do aluguel residencial cresceu 17,99% em 12 meses fechados em março na Capital.

Esse é o maior patamar de avanço para o período em 13 anos. Juro alto, desequilíbrio entre oferta e demanda e atividade acima do esperado são alguns dos fatores que ajudam a explicar esse movimento, segundo especialistas e integrantes do setor. O dado faz parte de levantamento do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis (Secovi-RS) e considera apenas residenciais que estão disponíveis para locação.

A economista-chefe do Secovi-RS, Lucineli Martins, afirma que a pressão no preço da locação responde a uma série de movimentos do setor imobiliário. Como a moradia é uma necessidade básica, o aluguel é afetado

por alguns fatores, como quantidade de imóveis disponíveis, empregabilidade, crescimento ou retração da economia e facilidades ou dificuldades de financiamentos e juros. Ela destaca uma combinação de boa empregabilidade, crescimento do PIB acima do esperado no Estado e no país, redução na oferta de unidades para locação e aumento dos juros para financiamentos. Com isso, a compra deixa de ser uma opção para uma parcela da população, o que afeta o mercado de aluguel.

- Com uma maior dificuldade na hora da compra, a opção para muitos é a locação. E quando se tem uma maior procura por determinado serviço ou bem e uma menor disponibilidade desse, a tendência é de que ocorra a chamada lei da oferta e da procura. Por isso, os preços dos aluguéis tendem a aumentar - explica ela.

Ela destaca que, com menos funding, alguns bancos aumentaram as taxas ou o tamanho da entrada para financiar imóveis, o que também desestimula as compras e aquece a locação.

O professor da Faculdade de Arquitetura e da pós-

graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Eber Pires Marzulo também cita a questão da oferta. Segundo o docente, a menor disponibilidade de imóveis para alugar pode ocorrer na esteira de fatores como menos gente apta para comprar residenciais e efeitos da inundação no estoque de alguns bairros.

- Tem um próprio efeito de valorização dos aluguéis porque há uma diminuição da disponibilidade dos imóveis do estoque existente - destaca Marzulo.

Futuro

A economista-chefe do Secovi-RS afirma que novos movimentos e impulsos no setor podem provocar alguma descompressão. Alguns desses fatores são a inclusão de uma nova faixa no Minha Casa, Minha Vida e ajustes em outras faixas do programa habitacional. Já Marzulo afirma que o cenário menos favorável para a compra em algumas classes sociais dá sinais de continuidade nos próximos meses. Mas lembra que existe um limite para o avanço de preços.

- Tem um teto, porque daqui a pouco as pessoas que alugam começam a se mudar porque o aluguel ficou muito caro e elas trocam de local, buscando valores mais baratos. \_

**Site:** [https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?\\_gl=1\\*1pqtjux\\*\\_gcl\\_au\\*MTE4MTA3Nzg1NS4xNzQxMzQ0ODM0#page/32](https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?_gl=1*1pqtjux*_gcl_au*MTE4MTA3Nzg1NS4xNzQxMzQ0ODM0#page/32)

# Indústria nacional perde espaço e investimento em importados dispara

Impulsionadas pela recuperação do consumo de bens industriais no país desde meados de 2024, as empresas brasileiras voltaram a investir com força em máquinas e equipamentos. No entanto, quem se beneficiou mais desse novo ciclo foram os fabricantes estrangeiros. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, no acumulado de 12 meses até o fim do primeiro trimestre de 2025, o consumo de maquinário novo pelas indústrias subiu 13,2%, sendo que a alta foi impulsionada quase exclusivamente por equipamentos importados, que avançaram 30%, contra apenas 4,9% dos nacionais.

Enquanto o crescimento médio da economia brasileira, medido pelo IBC-Br do Banco Central, foi de 4,1% no mesmo período, a disparada das importações evidencia uma perda contínua de espaço da indústria nacional de bens de capital. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), há uma década os importados respondiam por 30% do mercado, hoje, ocupam 48,3%. A China, que respondeu por 34,1% das importações de máquinas do Brasil no primeiro trimestre, é a principal fornecedora nesse movimento.

"A indústria nacional enfrenta um custo de capital altíssimo, além de um sistema tributário disfuncional. Isso impede a renovação tecnológica e rebaixa nossa competitividade", afirma Cristina Zanella, diretora de Competitividade da Abimaq. O quadro é agravado pelas taxas de juros elevadas no Brasil, consequência direta do déficit fiscal e da elevada dívida pública, que colocam o próprio governo como o maior tomador de crédito do país, pressionando o custo do dinheiro para o setor privado.

Mesmo com a tentativa de reação da indústria, os investimentos ainda estão longe do necessário. Os grandes e médios fabricantes planejam ampliar os aportes em 7,8% neste ano, mas as pequenas empresas, que representam 70% do setor, devem reduzir em 5,3% seus investimentos. Do total investido, 38,2% será destinado à adoção de novas tecnologias, 31,8% à ampliação da capacidade produtiva e 22% à modernização de equipamentos.

Apesar dos esforços, o cenário é incerto. A indústria nacional cresceu 15,2% e obteve receita líquida de R\$ 24 bilhões em março, segundo a Abimaq, mas

analistas alertam que os efeitos defasados da política monetária restritiva do Banco Central começarão a impactar mais severamente a produção. "Após o salto de 3,6% em 2024, a expectativa para a indústria de transformação neste ano é de um crescimento modesto de 1,1%", projeta Igor Rocha, economista-chefe da Fiesp.

Para Leonardo Mello de Carvalho, do Ipea, o aumento da renda real do trabalho, que cresceu 7,1% acima da **inflação** em 2024, segundo a FGV Social, sustentou parte da demanda por bens industriais. Mas, ele alerta: "A recuperação revelou um padrão mais dependente das importações. Em muitos casos, importar máquinas significa acessar tecnologias mais avançadas. Porém, é preocupante que a indústria nacional não consiga suprir boa parte da demanda interna".

Com a China adotando uma postura mais agressiva para escoar sua produção global diante da guerra comercial com os EUA, o Brasil pode se tornar alvo preferencial de uma nova onda de importações. Para especialistas, o país precisa urgentemente repensar sua política industrial, sob o risco de aprofundar sua desindustrialização e perder protagonismo em setores estratégicos para a geração de empregos e inovação.

Site: <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/5-de-maio-de-2025-edicao-25-077/>

# Paradoxo ministerial

O jornal Folha de S.Paulo ouviu congressistas e dirigentes das cinco legendas, que somam quase metade do tamanho da Câmara -240 deputados. Uma situação simboliza o grau de dificuldades: o fato de a prometida reforma ministerial se arrastar há seis meses sem sair do papel.

Em 2024, aliados de Lula pregavam a necessidade de dança de cadeiras após as eleições municipais, cotejando a força demonstrada por cada um e privilegiando os que se comprometessem a cerrar fileiras na campanha do PT em outubro de 2026.

Passados seis meses, só peças do próprio PT foram trocadas, além de duas que não têm relação com acomodação da base: Carlos

Lupi (Previdência), do PDT, pelo escândalo do **INSS**, e Juscelino Filho (Comunicações), do União Brasil, pela denúncia contra ele da Procuradoria-Geral da República.

Apesar do aparente paradoxo, deputados dizem não esperar mexidas relevantes no tabuleiro governamental no futuro próximo.

O prazo para definições mais cabais sobre 2026 é em outubro, dizem uns, ou o primeiro semestre do ano que vem, dizem outros.

Há também muitas variáveis, como se Tarcísio irá se candidatar ou se Jair Bolsonaro (PL) conseguirá recuperar a elegibilidade. Outro ponto é se a economia, incluída a inflação de alimentos, estará no mesmo patamar, ou se irá melhorar (Da Folhapress).

**Site:**

**<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18705>**

# Seis por meia dúzia

Novo ministro da Previdência participou de reunião em que Lupi foi informado sobre fraude do **INSS** (Estado, 2/5). Não faz sentido a nomeação do secretário-executivo do Ministério da Previdência, Wolney Queiroz, para substituir sem interinidade o ministro que entendeu ser insustentável a sua permanência no cargo, porque ele também está, política e funcionalmente, tão envolvido no escândalo do **INSS** quanto Lupi.

Paulo Marcos Gomes Lustoza Rio de Janeiro

**Site:** [digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo](http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo)

# O próximo desafio

**JULIANA ELIAS**

A aprovação definitiva, no início deste ano, da **reforma tributária** que redesenhou o caótico sistema brasileiro de **impostos** sobre o consumo representou um marco histórico para o país. A nova legislação, em tese, simplifica e moderniza a cobrança de **tributos** sobre bens e serviços e, ao longo dos próximos anos, deverá aproximar o Brasil dos modelos adotados por economias mais desenvolvidas, ao mesmo tempo que afasta o país das distorções que comprometem a eficiência produtiva. No entanto, a tributação sobre o consumo é apenas uma parte do intrincado sistema de **impostos**. A próxima grande anomalia a ser enfrentada já está na fila: o imposto sobre a renda - cobrado diretamente do que as pessoas ganham e as empresas lucram e que ainda carrega injustiças, complexidades e brechas que pedem, há décadas, por correção.

O imposto de renda no Brasil está longe de seguir as melhores práticas internacionais. Trata-se de uma pirâmide mal estruturada, na qual os mais ricos contribuem proporcionalmente menos, enquanto a classe média, os trabalhadores de baixa renda, as empresas e os consumidores arcam com uma carga maior do que deveriam. Essa distorção compromete a justiça tributária, reduz o poder de compra dos que vivem com orçamento apertado, pressiona os preços, enfraquece a competitividade da indústria e, sobretudo, perpetua a desigualdade social.

Nos últimos trinta anos, a carga tributária subiu de 25% para 32% do produto interno bruto (**PIB**), refletindo o crescimento dos gastos públicos - que, no fim das contas, determinam o volume de arrecadação. O corte de **tributos**, portanto, exige necessariamente enxugar as despesas do Estado. Ainda assim, essa seria apenas uma parte da solução. É necessário também atacar as distorções internas do sistema. "Não só quem ganha mais paga menos, como também pessoas que ganham a mesma coisa têm cargas tributárias muito distintas, por causa de uma multiplicidade de tratamentos diferenciados que criamos", diz Sérgio Gobetti, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e um dos principais estudiosos do tema no país. "Isso não só é injusto, como ineficiente." O governo Lula já deu o primeiro passo na segunda etapa da **reforma tributária**, desta vez voltada ao imposto de renda.

Em março, o presidente e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentaram um projeto de lei que

altera pontualmente a tributação sobre pessoas físicas, mas a proposta é tão restrita que dificilmente pode ser chamada de reforma. Trata-se, na prática, de uma iniciativa para cumprir uma das principais promessas de campanha do presidente: isentar do IR os brasileiros que ganham até 5 000 reais por mês. Para compensar a perda de arrecadação, estimada em 25 bilhões de reais, o projeto propõe aumentar a carga tributária dos mais ricos, com a criação de uma alíquota mínima de 10% para quem ganha acima de 1,2 milhão de reais por ano (ou 100 000 reais por mês) e de até 10% para rendimentos mensais entre 50 000 e 100 000 reais. "Não é a reforma ideal, mas melhora a alocação dos **tributos** e pode contribuir para um crescimento econômico um pouco mais equilibrado", afirma Manoel Pires, coordenador do Centro de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas e ex-secretário do Ministério da Fazenda. Na Câmara, o presidente Hugo Motta (Republicanos- PB) nomeou o deputado Arthur Lira (PP-AL), seu antecessor, como relator da proposta e marcou para a terça-feira 6 a instalação da comissão especial que vai trabalhar no texto final. A expectativa é de que a votação ocorra no segundo semestre.

Dentre as várias distorções da tributação da renda no Brasil, a mais exorbitante é a isenção dos dividendos, que são uma fatia do lucro paga aos donos das empresas. Só em nações como Estônia, Letônia, Malásia e Emirados Árabes os dividendos também são isentos, de acordo com o pesquisador do Ipea Pedro Humberto de Carvalho Junior.

"Nos outros países, a alíquota costuma variar de 15% a 25%", diz ele. O resultado é chocante: entre os 5% mais ricos da população, a participação de salários e rendas tributadas no total dos ganhos praticamente desaparece, sendo substituída quase inteiramente por dividendos. No topo do topo - o 0,1% mais rico -, as chamadas rendas do capital representam cerca de 70% da renda total. Como consequência, a alíquota efetiva do IR desaba. Estudos de Carvalho e do também pesquisador Gobetti mostram que esse grupo, com ganhos superiores a 1 milhão de reais por mês, paga em média apenas 6% de imposto, o mesmo percentual desembolsado por alguém que ganha 7 300 reais. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos, o 1% mais rico contribui com uma alíquota média de 26%, de acordo com a organização Tax Foundation.

O alívio concedido justamente a quem mais poderia contribuir é o que sustenta grande parte das distorções

do sistema tributário brasileiro. Como a arrecadação sobre a renda é relativamente baixa, o peso recai sobre outras fontes.

Atualmente, cerca de 40% da receita tributária do país vem de **impostos** sobre o consumo, enquanto apenas 30% são originados da tributação sobre a renda. É o oposto do que ocorre nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde, em média, 37% da arrecadação vem da renda e apenas 30% do consumo.

"Tributar o consumo é regressivo por natureza", afirma Miguel Nôvo, presidente da **Anfip, associação nacional dos auditores fiscais da Receita Federal**. "O pobre paga o mesmo imposto que o rico sobre produtos como açúcar ou arroz, mas, proporcionalmente, esse valor pesa muito mais no orçamento de quem tem menor renda." Outro problema está na forma como os lucros são tributados no Brasil. Com os dividendos isentos para pessoas físicas, o imposto sobre os lucros retidos pelas empresas acaba sendo excessivamente elevado: a alíquota chega a 34%, uma das mais altas do mundo. Nos países da OCDE, a taxa varia entre 12% e 30%. Esse descompasso tem sido um dos principais obstáculos à tributação dos dividendos no Brasil. Cobrar imposto sobre eles, sem reduzir de forma expressiva o das empresas, elevaria a carga tributária total para os empresários, algo que gera forte resistência, por motivos óbvios.

Para contornar a questão, o projeto do governo prevê um limite: a soma do imposto pago pela empresa e pelo acionista não poderá ultrapassar os 34% atuais. Mesmo assim, a proposta enfrenta oposição. "Isso vai prejudicar milhares de profissionais liberais e pequenas empresas que já pagaram o imposto em sua empresa e terão mais tributação depois", argumenta o senador Ciro Nogueira, presidente do mesmo PP do relator Arthur Lira. O partido apresentou uma proposta alternativa na Câmara que suaviza a cobrança para uma parcela ainda menor dos super-ricos e, em contrapartida, propõe a redução de subsídios concedidos às empresas.

Os especialistas argumentam, por outro lado, que mesmo a tributação sobre as empresas já é significativamente menor do que sugere a alíquota formal de 34%, devido à ampla gama de regimes especiais como o Simples Nacional e o lucro presumido.

Esses modelos permitem que empresas paguem alíquotas que podem chegar a apenas 5% sobre o lucro. "Há muito milionário que paga pouco de imposto na empresa e ainda é totalmente isento como pessoa física", diz Sérgio Gobetti, do Ipea. "Isso, no mínimo,

precisa ser corrigido." Fechar essa conta está longe de ser simples, sobretudo no contexto de um país no qual boa parte do dinheiro recolhido nos **impostos** não retorna de forma adequada a áreas essenciais como saúde, educação e segurança - o recente escândalo do **INSS** é mais um exemplo disso (veja a reportagem "Águas turbulentas").

Uma política tributária mais justa e racional precisa vir acompanhada de uma estrutura estatal mais enxuta e eficiente.

Como se vê, não são poucos os desafios que o Brasil precisa enfrentar com urgência nesse campo.

**Site:** <https://goread.com.br/viewer/veja/o-vale-tudo-contra-o-crime/>

# Nasceu no Rio, mas já fez e faz muito ao Amazonas

Opinião/Informação:

Meu blog é ligado ao setor primário, zona rural, interior do estado, na melhoria da vida de quem mora longe no gigante Amazonas. No texto a seguir, muitas ações foram feitas por esse amigo que levou vida digna pra muitos amazonenses. O amigo Severino sempre fui muito cordial e amigo com o meu pai, foi seu colega de **Previdência Social** durante anos. Hoje, meu velho está com 92 anos, logicamente aposentado, mas lúcido e acompanhando o que acontece. Fiquei feliz quando soube da presença do Severino em recente solenidade em Brasília. O Auditor Fiscal da **Receita Federal do Brasil**, Severino Cavalcante de Souza, foi destaque recentemente em Sessão Especial na Câmara dos Deputados, realizada em homenagem aos 75 anos da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)**. O evento contou com a presença de autoridades, incluindo o Secretário da **Receita Federal**, e reforçou o reconhecimento à contribuição histórica de Severino à instituição e ao serviço público. Com uma carreira sólida, Severino iniciou sua trajetória como servidor da **Previdência Social**, onde demonstrou forte compromisso com as causas sociais e o funcionalismo público. Ex-presidente da **ANFIP** entre 1997 e 1999, ele teve atuação marcante na defesa da **Previdência Social** no Congresso Nacional durante um dos períodos mais intensos de debates sobre o tema. Severino também se destacou ao assumir, em abril de 2022, o cargo de Superintendente da **Receita Federal do Brasil** na 2ª Região Fiscal, que abrange o Pará. Sua presença constante em eventos institucionais demonstra sua dedicação contínua à administração pública. Como gerente executivo do **INSS-AM**, implantou duas unidades flutuantes para atender a população ribeirinha do interior do Amazonas que não tinha acesso a agências do **INSS**. Como Secretário de Estado, criou e implantou o Projeto Pronto Atendimento Itinerante (PAI), que atendia a população ribeirinha do Amazonas em embarcações, levando cidadania e serviços básicos de saúde.

THOMAZ RURAL

Site: <https://thomazrural.com.br/2025/05/02/nasceu-no-rio-mas-ja-fez-e-faz-muito-ao-amazonas/>